

ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NA SALA DE AULA DO ENSINO FUNDAMENTAL NA CIDADE DE MOSSORÓ/RN: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Icara Tayane Freitas de Lima¹

Profa. Ma. Mifra Angélica Chave da Costa²

RESUMO

A comunicação é um recurso importante para as interações humanas e sua eficácia depende de como a mensagem pode ser recebida com o mesmo significado com que foi transmitida. Para ser efetiva, a comunicação deve ser completa e coerente, e pode ocorrer através da linguagem verbal e não verbal, abrangendo um vasto leque de formas. Como objetivo principal, buscamos analisar o papel do profissional Tradutor/Intérprete de Libras de um aluno surdo no Ensino Fundamental de uma Escola pública na cidade de Mossoró/RN, as dificuldades deste profissional e as possibilidades de avanços nesse processo educativo. Metodologicamente, este trabalho possui abordagem de caráter qualitativo, apresentando um relato de experiência de um profissional intérprete da Libras acerca do seu acompanhamento de um aluno surdo no Ensino Fundamental na Escola Municipal Professor Alexandre Linhas, localizada na cidade de Mossoró/RN. É importante mencionar que sustentamos este trabalho nos seguintes autores: Damásio (2002); Quadros (2004); Sá (2008, 2011); Strobel (2011); Andrade (2015) e Silva (2016). Com a pesquisa, foi possível identificar que a intérprete desempenha uma função bastante relevante, facilitando não apenas a compreensão dos conteúdos curriculares, mas também a interação entre professores, colegas e alunos surdos. Este profissional é crucial para a criação de um ambiente educacional inclusivo e equitativo.

Palavras-chave: Libras; Intérprete; Ensino Fundamental.

ABSTRACT

Communication is an essential tool for human relations and its effectiveness depends of how the message can be received with the same meaning as it was transmitted. To be effective, communication must be complete and coherent, and can take place through verbal and non-verbal language, including many forms. As a main objective, we aim to analyze the role of the professional Libras Translator/Interpreter, the difficulties of this professional and the possibilities for advances in this educational process. Methodologically, this work has a qualitative approach, presenting an experience report by a professional LIBRAS interpreter about his monitoring of a deaf student in elementary school at the Professor Alexandre Linhas Municipal School, located in the city of Mossoró/RN. It is important to mention that we based this work on the following authors: Damásio (2002); Quadros (2004); Sá (2008, 2011); Strobel (2011); Andrade (2015) and Silva (2016). Through the research, it was possible to identify that the interpreter plays a critical role, facilitating not only the understanding of curriculum content, but also the interaction between teachers, colleagues and deaf students. This professional is crucial for creating an inclusive and equitable educational environment.

Keywords: Libras; Interpreter; Elementary Education.

¹ Discente do curso de Licenciatura em Letras-Libras pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFRSA). E-mail: icara.lima@alunos.ufersa.edu.br

² Orientadora, professora da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFRSA). E-mail: mifra@ufersa.edu.br

RESUMO EM LIBRAS



1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema a “A atuação do Tradutor/Intérprete de Libras na sala de aula do ensino fundamental em Mossoró-RN: relato de experiência”, tendo por objetivo analisar o papel do profissional Tradutor/Intérprete de Libras de um aluno surdo no Ensino Fundamental de uma Escola pública na cidade de Mossoró/RN, as dificuldades deste profissional e as possibilidades de avanços nesse processo educativo. A inclusão educacional é um princípio essencial que visa garantir igualdade de oportunidades de aprendizagem para todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou características individuais.

No contexto brasileiro, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96, alinhada com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência estabelece a obrigatoriedade da oferta de ensino inclusivo nas escolas públicas e privadas. A atuação do tradutor/intérprete de Língua Brasileira de Sinais – Libras no ambiente escolar surge como um tema relevante, impulsionado pelo desejo de compreender e aprimorar as condições de aprendizado para alunos surdos.

A motivação inicial para pesquisar sobre o tema está profundamente enraizada no contexto educacional e na acessibilidade linguística, para o estudante surdo. Esse interesse surge a partir da experiência adquirida em um emprego no ano de 2023, onde o contato direto com o ambiente escolar e as dificuldades de comunicação enfrentadas pelo aluno surdo e seu intérprete despertou uma curiosidade acadêmica e prática. O desejo é explorar experiências e percepções inéditas sobre os desafios e possibilidades enfrentados pelo tradutor e intérprete de Libras no ambiente escolar do ensino fundamental em Mossoró/RN.

Essa abordagem visa proporcionar uma análise da realidade diária enfrentada por esse profissional, como ele contribui para a inclusão e o acesso ao conhecimento. A experiência prática acumulada no trabalho proporciona uma base sólida para entender melhor as nuances e complexidades envolvidas nesse processo, e como a presença e a atuação dos intérpretes podem impactar significativamente o ambiente educacional e o aprendizado dos alunos surdos.

A pesquisa nasceu do seguinte questionamento: “como ocorre a atuação do Intérprete de Libras no Ensino Fundamental na cidade de Mossoró-RN?”. Nesse contexto, a presença e a atuação do tradutor/intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) desempenham um papel primordial na promoção da inclusão do aluno surdo na sala de aula do 1º Ano Ensino Fundamental.

Esta pesquisa visa não apenas identificar os desafios existentes, mas debater sobre a relevância de garantir uma educação acessível e de qualidade para todos os alunos surdos na

região de Mossoró-RN. Os objetivos específicos são apresentados: Compreender a importância da realização de uma revisão da literatura sobre a atuação do tradutor/intérprete de Libras em Mossoró-RN; discutir a legislação sobre a garantia do direito à educação do surdo e a sua acessibilidade linguística no ambiente escolar na cidade de Mossoró-RN; evidenciar a importância do papel da atuação do intérprete de Libras.

A pesquisa fundamenta-se em sólidas bases legais, como a Lei de Libras nº 10.436/02, o Decreto nº 5.626/2005, a Lei de Diretrizes e Bases Lei nº 9.394/96 (LDB) da Educação Nacional, a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015 que enfatizam a importância da inclusão e acesso à educação para pessoas com deficiência, reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação.

A pesquisa foi realizada em Mossoró, cidade localizada no estado do Rio Grande do Norte, que enfrenta desafios semelhantes aos de muitas outras regiões do país quando se trata da implementação efetiva de práticas inclusivas na educação. Diante dessa realidade, é de suma importância compreender como se dá a atuação do tradutor/intérprete de Libras, como por exemplo, na sala de aula do 1º Ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em Mossoró-RN, a fim de identificar tanto os desafios enfrentados quanto às melhores práticas que contribuem para a efetiva inclusão educacional dos alunos surdos.

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Professor Alexandre Linhares³ na cidade de Mossoró/RN, na turma do 1º ano do Ensino Fundamental, a qual tinha apenas um aluno surdo no turno matutino, no ano letivo de 2023. Dessa forma, a pesquisa pode fornecer percepções valiosas para o aprimoramento da formação de tradutor/intérpretes de Libras, identificando competências específicas necessárias para a atuação eficaz no ambiente escolar. Isso contribuiria para o desenvolvimento de profissionais mais qualificados e capacitados. Na área social, ao compreender melhor o impacto do tradutor/intérprete de Libras na dinâmica educacional, pode-se informar práticas mais inclusivas, promovendo a igualdade de oportunidades para os alunos surdos, isso não apenas beneficia diretamente os estudantes, mas também contribui para as construções de uma sociedade mais inclusiva e sensível às necessidades diversas.

Já na área institucional, este trabalho pode fornecer ajuda para a elaboração ou aprimoramento de políticas educacionais inclusivas em nível institucional. Isso pode resultar em diretrizes mais alinhadas às necessidades dos alunos surdos, promovendo mudanças positivas no ambiente escolar e influenciando práticas educacionais em larga escala. Portanto, a proposta não apenas visa compreender melhor o papel do tradutor/intérprete de Libras, mas também busca oferecer contribuições práticas que possam melhorar a qualidade da educação para os alunos surdos, promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva.

No que se refere a relevância acadêmica deste trabalho, é possível afirmar que ela reside na oportunidade de aprofundar o entendimento sobre as nuances da atuação do intérprete de Libras, considerando não apenas a interpretação linguística, mas também os impactos emocionais e cognitivos dessa mediação no aprendizado dos alunos surdos. Essa abordagem mais holística pode resultar em orientações mais claras para a formação desses profissionais, oferecendo contribuições práticas para os programas educacionais.

No âmbito institucional e social, a pesquisa visa oferecer subsídios para o desenvolvimento de políticas mais eficazes e inclusivas no ambiente escolar com o foco em Mossoró-RN. Compreender como o intérprete de Libras contribuiu para comunicação e a interação entre alunos surdos e professores é fundamental para promover um ambiente educacional mais igualitário. Assim, busca-se impactar diretamente na construção de uma sociedade mais consciente e acolhedora, na qual a diversidade linguística e as necessidades específicas dos surdos sejam plenamente reconhecidas e atendidas. Em síntese, esta pesquisa

³ A Escola Municipal Professor Alexandre Linhares autorizou a utilização da sua identidade neste trabalho.

almeja não apenas explorar a experiência do papel do tradutor/intérprete de Libras no contexto educacional, mas também contribuir para a construção de conhecimento e práticas que promovam a inclusão, a equidade e o respeito à diversidade, alinhando-se aos valores acadêmicos e sociais que norteiam a instituição em Mossoró/RN.

O artigo foi sistematizado da seguinte forma: a introdução apresentando a pesquisa; em seguida será realizada uma sessão de fundamentação teórica; a qual aborda sobre a história da Língua Brasileira de Sinais no Brasil; versa sobre a história do tradutor/intérprete de Libras no Brasil e discute sobre o intérprete e a escola; em seguida, será uma sessão metodológica; posteriormente, as análises e discussões onde mostra o resultado da experiência profissional e, por fim, as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação de surdos no Brasil passou por significativas transformações ao longo das últimas décadas, impulsionada pela promulgação de leis e políticas que garantem o direito à educação inclusiva. O reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais nº 10.436/02 (Libras) e o decreto nº 5.626/05, como língua oficial das comunidades surdas do Brasil e a necessidade de proporcionar acesso igualitário à educação para todos os alunos foram marcos importantes nesse processo. O Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos (2004), elaborado pela Secretaria de Educação Especial, destaca a importância do intérprete de Libras como um agente fundamental na promoção da acessibilidade e inclusão educacional. A legislação brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no ano de 2006, reforça o compromisso do Estado em garantir a presença do intérprete nas escolas como parte integrante de uma educação inclusiva e de qualidade.

A atuação dos intérpretes de Língua Brasileira de Sinais no Brasil é respaldada por um conjunto de legislações e normativas que visam garantir os direitos das pessoas surdas e assegurar a inclusão no contexto educacional e em outros espaços sociais. Entre essas normativas, destaca-se a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146/15, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Essa lei é fundamental, pois garante o direito à educação e à acessibilidade para pessoas com deficiência, incluindo os surdos, estabelecendo que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ser disponibilizado a esses alunos. Assim, os intérpretes de Libras desempenham um papel crucial na promoção da comunicação e da inclusão, permitindo que os alunos surdos tenham acesso ao conteúdo educacional de forma equitativa.

Complementarmente, o Decreto nº 5.626/2005 regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Libras como um meio legal de comunicação e expressão. Esse decreto não apenas enfatiza a necessidade de formação para os professores e intérpretes de Libras, mas também delineia diretrizes que promovem a inclusão de alunos surdos no sistema educacional. A formação contínua dos intérpretes é destacada como um aspecto essencial para garantir que esses profissionais estejam preparados para atuar de maneira eficaz e inclusiva, facilitando a comunicação entre surdos e ouvintes no ambiente escolar.

Ademais, a Lei nº 10.436/2002 estabelece a Língua Brasileira de Sinais como a primeira língua da comunidade surda brasileira. Essa legislação é um marco importante, pois afirma a necessidade de garantir a inclusão e o direito ao ensino em Libras, promovendo, assim, a formação de intérpretes qualificados que possam atuar em diferentes contextos educacionais e sociais. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, contidas na Resolução CNE/CEB nº 2/2001, também são relevantes, pois estabelecem princípios e diretrizes que orientam o AEE, ressaltando a importância da presença de intérpretes

de Libras para assegurar a comunicação efetiva entre professores e alunos surdos. Por fim, a Resolução nº 1 de 2018 do Conselho Nacional de Educação reforça a importância da formação e das competências dos intérpretes de Libras, sublinhando a necessidade de qualificação profissional e do reconhecimento da atuação desses profissionais no contexto educacional e em outras esferas sociais. Assim, o conjunto de leis e normativas que regulamenta o trabalho dos intérpretes de Libras não apenas promove a inclusão e a acessibilidade para as pessoas surdas, mas também estabelece um marco legal que orienta a atuação desses profissionais, assegurando que a educação seja verdadeiramente inclusiva e equitativa para todos.

No contexto da sala de aula do ensino fundamental em Mossoró-RN, a atuação do intérprete de Libras é de extrema relevância para garantir a comunicação efetiva entre alunos surdos e ouvintes, o acesso ao conteúdo curricular e a participação plena nas atividades escolares. Isso envolve desde a adaptação de materiais didáticos até a mediação nas interações entre os alunos e o professor regente. Apesar dos avanços na legislação e das diretrizes para a prática profissional, ainda existem desafios a serem enfrentados, como a falta de formação específica dos professores para lidar com a diversidade linguística e cultural dos alunos surdos. No entanto, há também oportunidades de aprimoramento por meio de capacitações, compartilhamento de boas práticas e o uso de recursos tecnológicos, visando uma educação cada vez mais efetiva e inclusiva.

2.1 História da Língua Brasileira de Sinais no Brasil

Strobel (2011) afirma que a Língua de Sinais teve início no Brasil no período do Império, através de Dom Pedro II. Ele convidou um professor surdo francês chamado Eduard Huet. Dom Pedro II tinha um parente surdo e, por isso, decidiu ajudar e investir na criação da Língua de Sinais no Brasil. Huet fez uma pesquisa de campo e descobriu que no país havia muitos surdos. E no ano de 1855 ele apresentou um projeto para Dom Pedro II de criação de uma escola somente para os surdos. Dom Pedro II aceitou, e no ano de 1857 no Rio de Janeiro foi criado o Imperial Instituto de Surdos-Mudos (IISM), atualmente, o instituto é reconhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Em 1880 houve o Congresso de Milão que definia que o método mais adequado para ensinar os surdos é o oral. A língua de sinais foi proibida com o objetivo que o uso da mesma impedisse o surdo de desenvolver a fala e de ouvir.

Naquele tempo era comum que professores formados pelos Institutos europeus especializados fossem contratados com objetivo de ajudar a fundar estabelecimentos educacionais voltados para surdos. Ele tinha todo crédito para criar uma escola para Educação de Surdos, que se baseava no método de Comunicação Total. O objetivo desse método era aumentar as possibilidades de comunicação dos surdos dentro da família e da escola.

Até o século XV acreditava-se mundialmente que os surdos eram incapazes de serem educados, ou seja, aptos para receberem educação. Com o passar do tempo, ocorreram mudanças e a partir do século XVI essas ideias foram deixadas para trás devido aos primeiros educadores preocupados em provar uma filosofia adequada e condizente, frente à natureza diferente da comunicação surda, e em consonância com suas aspirações de liberdade em se comunicarem com sua língua materna e natural – a Língua de Sinais.

No Brasil, a luta pelo reconhecimento da língua não parou e se iniciou uma nova luta que tinha como objetivo criar uma lei que regulamentasse a Libras. Então em 2002, a Língua Brasileira de Sinais foi finalmente reconhecida como Língua oficial da comunidade surda do Brasil. Damásio (2005) afirma que:

A Libras, a Língua Brasileira de Sinais, possibilita o desenvolvimento linguístico, social e intelectual daquele que a utiliza enquanto instrumento comunicativo,

favorecendo seu acesso ao conhecimento cultural científico, bem como a integração no grupo social ao qual pertence (Damásio, 2005. p.61).

Compreendendo assim como uma língua materna das pessoas surdas, Strobel (2004) afirma que a língua materna da pessoa surda é a língua de sinais, pois é a primeira língua que ela adquire e que possibilita sua plena interação e desenvolvimento, enquanto a língua falada do país, como o português no Brasil, seria aprendida como uma segunda língua. A Língua de Sinais é como qualquer outra, pois seus conceitos abordados desenvolvem um conceito lexical, gramatical entre outras características que compõem as referências linguísticas.

2.2 História do Tradutor/Intérprete de Libras no Brasil

A história do tradutor/intérprete de Libras no Brasil é caracterizada por um processo evolutivo e diversificado. Inicialmente, a comunicação com surdos era facilitada por familiares e pessoas próximas que utilizavam sistemas de sinais rudimentares. Além disso, surgiram intérpretes em contextos educacionais e religiosos, onde a Libras começou a ser ensinada e praticada. Sobre a atuação dos intérpretes de Libras no Brasil, Rosa (2005, p.92) diz que “ocorre com maior frequência nas instituições religiosas; aliás, nesses lugares, a atuação do ILS tem sido uma prática há décadas, mais exatamente desde o início dos anos 80, o que explica que os melhores ILS – salvo os filhos de pais surdos – são oriundos das instituições religiosas”.

Esse desenvolvimento inicial é detalhado por Carlos de Freitas (2006) em *"História da Educação de Surdos no Brasil"*, que explora a evolução da educação para surdos e o papel de figuras como Dom Pedro II e o professor Huet. A formalização da profissão de intérprete começou a ter visibilidade com a criação do Imperial Instituto de Surdos-Mudos em 1857, conforme descrito por Ana Luiza de Sá (2008) em *"Educação de Surdos: História e Políticas Públicas"*.

Com o tempo, a profissão de intérprete foi se estruturando mais formalmente, especialmente a partir da segunda metade do século XX, refletindo o crescente reconhecimento e valorização da Língua Brasileira de Sinais. Segundo Quadros (2004) a tradução e interpretação são processos distintos, mas inter-relacionados. A tradução refere-se à conversão escrita de um texto de uma língua para outra, mantendo o significado original e adaptando o estilo e o contexto. Interpretação, por sua vez, envolve a conversão oral de uma língua para outra em tempo real, facilitando a comunicação imediata entre falantes de diferentes idiomas. Os tipos de interpretação incluem a simultânea, onde o intérprete traduz enquanto o orador fala; a consecutiva, em que a tradução ocorre após o discurso; e a interpretação sussurrada, que é realizada para um grupo pequeno sem o uso de equipamentos. Esses conceitos são bem abordados por Maria das Graças de Sá (2011) em *"A História do Instituto Nacional de Educação de Surdos"* e Katia Andrade (2015) em *"A Língua Brasileira de Sinais: História e Política"*.

Os intérpretes de Libras recebem formação especializada através de cursos técnicos, extensões universitárias que cobrem o estudo da Libras, técnicas de interpretação e aspectos culturais e linguísticos. Suas atribuições incluem a facilitação da comunicação em diversos contextos, como educacional, judicial e social. A Federação Brasileira das Associações de Profissionais Intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS) foi fundada em 2005 com a missão de promover a regulamentação e a qualidade da profissão de intérprete de Língua Brasileira de Sinais no Brasil. Desde sua criação, a FEBRAPILS tem se empenhado em realizar eventos, treinamentos e seminários, além de oferecer suporte e orientação aos intérpretes e associações regionais, com o objetivo de melhorar continuamente a prática profissional e garantir a excelência na atuação dos intérpretes.

O surgimento da atuação dos intérpretes no espaço educacional está intrinsecamente ligado ao movimento de inclusão escolar que vem ocorrendo nas últimas décadas. Esse movimento provocou importantes questões sobre a formação e o papel ético dos intérpretes no ambiente educacional, destacando a necessidade de profissionais qualificados que pudessem assegurar a comunicação efetiva entre alunos surdos e ouvintes. A partir do reconhecimento da importância da Libras e da profissão de intérprete, diversas iniciativas de formação específica começaram a surgir, incluindo a criação de cursos de graduação e extensão voltados para a formação desses profissionais.

Um marco significativo ocorreu em 2002, com a promulgação da Lei de Libras, que oficializou a Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira. Essa legislação não apenas reconheceu a importância da Libras, mas também estabeleceu a necessidade da presença de intérpretes em diversos contextos, como educação, saúde, serviços públicos e judiciais. O reconhecimento da Libras como uma língua oficial impulsionou a valorização da profissão de intérprete e a busca por uma formação adequada.

Em 2010, a regulamentação da profissão de intérprete de Libras foi consolidada por meio da Lei nº 12.319/10, que estabeleceu critérios e diretrizes para a atuação desses profissionais. Essa regulamentação foi um passo crucial para garantir a qualidade e a responsabilidade na prática da interpretação, assegurando que os intérpretes estivessem preparados para desempenhar suas funções com ética e competência. Atualmente, os intérpretes de Libras desempenham um papel fundamental na garantia da acessibilidade e inclusão dos surdos em diversos setores da sociedade brasileira, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e diversa, na qual as barreiras de comunicação sejam superadas e todos possam ter acesso às mesmas oportunidades.

Segundo Quadros (2004), o tradutor-intérprete de Libras desempenha um papel fundamental na mediação comunicativa entre indivíduos surdos e ouvintes, realizando a interpretação interlinguística entre a Língua Brasileira de Sinais e a língua oral. Esse profissional não se limita à mera conversão linguística, mas também atua como um mediador cultural, garantindo que os contextos socioculturais de ambas as línguas sejam respeitados e compreendidos. Sua atuação envolve a adaptação de nuances, expressões idiomáticas e contextos culturais, para assegurar que a comunicação seja eficaz e acessível, promovendo a inclusão e a plena participação do indivíduo surdo nos diferentes contextos sociais, educacionais e profissionais. Assim, o tradutor-intérprete de Libras vai além da tradução literal, ao realizar uma ponte entre culturas e sistemas linguísticos distintos, exigindo habilidades cognitivas e interpessoais complexas para assegurar a equidade no processo comunicacional.

Ainda segundo Quadros (2004), há uma diferença conceitual entre os papéis de tradutor e intérprete. Enquanto o tradutor realiza a transposição de textos escritos entre duas línguas, o intérprete trabalha em tempo real com a tradução de discursos orais ou sinais. Como descreve Quadros (2004): "o tradutor lida com a produção textual, ao passo que o intérprete atua na comunicação imediata e dinâmica, mediando discursos em situações interativas" (Quadros, 2004, p. 45).

Além disso, Quadros (2004) distingue dois principais tipos de interpretação: simultânea e consecutiva. A interpretação simultânea ocorre quando o intérprete traduz ao mesmo tempo em que a fala ou sinalização é emitida. Esse tipo de interpretação é mais comum em eventos ao vivo, como conferências ou aulas. Já a interpretação consecutiva envolve a tradução após a emissão do discurso, em intervalos específicos, permitindo que o intérprete ouça (ou veja, no caso da língua de sinais) um trecho completo antes de realizar a tradução.

Quanto à formação necessária para ser intérprete de Libras, Quadros (2004) ressalta que é essencial uma formação sólida tanto na Língua Brasileira de Sinais quanto na língua portuguesa. Além disso, o profissional deve desenvolver habilidades em técnicas de tradução e

interpretação, bem como um profundo conhecimento cultural e contextual das comunidades surdas e ouvintes. A formação inclui cursos técnicos, de nível superior e certificações específicas que habilitam o intérprete a atuar em diversos contextos, como educação, saúde e eventos públicos.

Essa regulamentação foi um passo importante para garantir padrões de qualidade e ética na prestação de serviços de interpretação para a comunidade surda. Atualmente foi alterada pela lei nº 14.704/23, de 25 de outubro de 2023, em que essa ocasionou mudanças na regulamentação da profissão, para atualizar e reestruturar os critérios e as normas referentes à formação e atuação dos profissionais. A alteração da lei anterior pode refletir uma adaptação às novas necessidades e padrões na prestação de serviços para a comunidade surda, visando melhorar a qualidade e a eficácia da interpretação em Libras.

Quando se fala em "adaptação às novas necessidades e padrões na prestação de serviços para a comunidade surda" no contexto de uma escola pública de ensino fundamental, várias adaptações importantes podem ser sugeridas, com o objetivo de promover a inclusão e garantir uma educação de qualidade para os alunos surdos. Essas adaptações abrangem tanto a formação dos intérpretes de Libras quanto o ambiente escolar como um todo. Entre elas, destacam-se a integração do intérprete como parte da equipe pedagógica, o uso de tecnologias assistivas e a adaptação dos materiais didáticos.

A adaptação dos materiais didáticos também é uma medida essencial para atender às novas necessidades do ensino. O conteúdo utilizado em uma escola pública de ensino fundamental, muitas vezes, é desenvolvido para alunos ouvintes, e pode não considerar as particularidades de aprendizado dos alunos surdos. Nesse sentido, a adaptação dos materiais didáticos é importante, que pode incluir o uso de vídeos em Libras, legendas em materiais audiovisuais, ilustrações mais detalhadas e a criação de recursos visuais que possam facilitar o entendimento dos conceitos. Além disso, os professores podem ser incentivados a usar metodologias ativas, que favorecem a participação do aluno surdo de forma mais prática e visual, ao invés apenas de fazer uso das aulas expositivas orais.

Outro ponto de adaptação é a sensibilização e capacitação de toda a comunidade escolar. Para que o ambiente seja realmente inclusivo, não basta a presença do intérprete; é fundamental que professores, funcionários e até mesmo os colegas de classe sejam orientados sobre como lidar de forma adequada e respeitosa com os alunos surdos. Isso envolve desde o ensino básico de Libras para os professores e colegas, até a promoção de uma cultura de inclusão e respeito dentro da escola. A inclusão plena só será atingida quando todos estiverem envolvidos no processo, entendendo a importância de promover uma convivência escolar que valorize a diversidade e atenda às necessidades individuais dos alunos surdos.

Em resumo, as adaptações às novas necessidades e padrões na prestação de serviços para a comunidade surda em uma escola pública de ensino fundamental incluem a integração do intérprete de Libras na equipe pedagógica, o uso de tecnologias assistivas, a adaptação dos materiais didáticos e a capacitação de toda a comunidade escolar. Essas medidas são essenciais para garantir que o aluno surdo tenha uma experiência educacional inclusiva, participativa e alinhada às suas necessidades, promovendo não apenas o seu aprendizado, mas também o seu desenvolvimento social e emocional dentro do ambiente escolar.

Face ao exposto, podemos considerar que com a expansão da Libras, que tem proporcionado maior acesso à comunicação e garantido os direitos linguísticos da comunidade surda, os profissionais intérpretes desempenham um papel crucial na promoção da inclusão e acessibilidade, facilitando a comunicação entre surdos e ouvintes em uma variedade de contextos sociais e institucionais.

No entanto, apesar dos avanços, ainda existem desafios significativos a serem enfrentados, incluindo a escassez de intérpretes qualificados, a falta de conscientização sobre a importância da acessibilidade e a necessidade de adaptações estruturais para garantir a plena

inclusão da comunidade surda. Assim, o desenvolvimento contínuo e o apoio à profissão de intérprete de Libras são fundamentais para promover uma sociedade mais inclusiva e igualitária para todos.

A seguir, abordaremos mais especificamente acerca do profissional intérprete no âmbito escolar.

2.3 O intérprete e a escola

A inclusão de alunos surdos nas escolas regulares é um tema que vem ganhando destaque nas últimas décadas, especialmente com o advento de legislações que garantem o direito à educação para todas as pessoas, independentemente de suas habilidades ou deficiências. Nesse contexto, a atuação dos intérpretes de Língua Brasileira de Sinais tornou-se fundamental para promover a acessibilidade e a comunicação entre alunos surdos e ouvintes. Contudo, a função desses profissionais ainda é frequentemente mal compreendida, o que gera desafios na implementação efetiva de práticas inclusivas nas instituições de ensino.

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelas escolas é a resistência em aceitar que existem profissionais cuja função não é pedagógica. A atuação do intérprete de Libras é, por natureza, voltada para a mediação da comunicação, e não para a prática docente. Como destaca Quadros (2004), os intérpretes não desempenham funções como a preparação de aulas, a aplicação de provas ou a atribuição de notas aos alunos, sejam eles surdos ou ouvintes. Essa delimitação de responsabilidades é crucial para que o papel do intérprete seja compreendido adequadamente, tanto por educadores quanto por gestores escolares.

A compreensão de que os intérpretes atuam como facilitadores da comunicação e não como substitutos dos professores é essencial para a criação de um ambiente escolar inclusivo. É importante ressaltar que sua presença nas escolas visa garantir que os alunos surdos tenham acesso ao conteúdo educacional de forma igualitária, permitindo que eles participem ativamente do processo de ensino e aprendizagem.

Durante a trajetória de experiência, foi percebido que há uma resistência nas escolas em aceitar profissionais que não desempenham uma função pedagógica direta. Conforme Quadros (2004) menciona, os intérpretes de Libras não têm essa função — não cabe a eles preparar aulas ou avaliar os alunos, pois essas tarefas são ligadas ao ensino. No entanto, muitas crianças surdas chegam à escola sem ter adquirido uma língua desde cedo. Uma criança ouvinte, por volta de um ano de idade, começa a balbuciar, depois a formar palavras isoladas, e assim vai desenvolvendo a fala. Isso traz uma reflexão sobre o quanto uma criança surda perde em termos de desenvolvimento por não ter o estímulo da língua de sinais desde cedo, algo que pode impactar profundamente seu processo de aprendizado.

Logo, entende-se, com base em Quadros (2004), que a função do intérprete não é pedagógica, e sim, técnica. As capacitações de cunho pedagógico na escola não se aplicam ao profissional intérprete. Nas formações em que houver professores surdos, o intérprete de Libras deverá atuar realizando a interpretação, sem, no entanto, substituir a fala do docente. Conforme Quadros (2004), o intérprete não pode se responsabilizar por uma turma, pois essa função não lhe compete. A escola precisa adotar medidas que não envolvam o profissional intérprete em atividades que não sejam relacionadas à interpretação. Dessa forma, o intérprete deve ser reconhecido como um profissional capacitado, assim como qualquer outro colaborador da instituição.

A carga horária do intérprete deve ser cumprida integralmente na unidade escolar, e ele não pode ser deslocado para eventos fora da escola durante o horário de trabalho. Quando não houver aulas, o intérprete pode utilizar o tempo para estudar e realizar pesquisas que contribuam para sua atuação no contexto escolar. Quadros (2004), que discute a importância do cumprimento integral da carga horária no ambiente escolar. O autor argumenta que a presença

continua do intérprete em sala de aula é essencial para garantir a qualidade da mediação linguística e a inclusão dos alunos surdos no processo de ensino-aprendizagem. Quadros (2004) também destaca que, durante o período sem aulas, o intérprete pode dedicar-se a atividades de formação, estudo e pesquisa, o que contribui para seu aprimoramento e para uma atuação mais qualificada no contexto escolar.

Além disso, em eventos organizados pela escola, é essencial que a instituição forneça ao intérprete acesso prévio a materiais, textos e apresentações, além de promover uma conversa com o palestrante e ministrante antes da interpretação. Isso permite que o intérprete se aproprie dos conteúdos e garanta uma interpretação de qualidade para os alunos surdos. Matias (2003) afirma que:

Estabelecido o objetivo, serão definidos o público-alvo e as estratégias. O público-alvo é representado pelas pessoas que irão participar do evento, enquanto que as estratégias dizem respeito às ações desenvolvidas e executadas para se alcançar os objetivos propostos e atingir os resultados desejados, com a sensibilização dos diversos públicos no que diz respeito à organização do profissional intérprete (Matias, 2003, p.27).

Matias (2003) destaca a importância de definir claramente o público-alvo e as estratégias quando se organiza um evento, especialmente quando se trata de sensibilizar diferentes públicos sobre a função e a importância do profissional intérprete.

No contexto da organização de eventos, compreender quem é o público-alvo é essencial para garantir que as ações desenvolvidas sejam eficazes e relevantes. O público-alvo representa as pessoas que participarão do evento e, portanto, suas características, interesses e necessidades devem ser cuidadosamente considerados para adaptar a abordagem e o conteúdo do evento. As estratégias, por outro lado, são as ações planejadas e implementadas para alcançar os objetivos estabelecidos. No caso de eventos voltados para a sensibilização sobre a atuação do intérprete de Libras, as estratégias podem incluir palestras, *workshops* e demonstrações práticas. Essas ações têm como objetivo informar e educar o público sobre o papel fundamental dos intérpretes na facilitação da comunicação entre surdos e ouvintes e na promoção da inclusão social.

Matias (2003) também sugere que o sucesso do evento depende da capacidade de desenvolver e executar estratégias que não só atinjam os objetivos propostos, mas também ressoem com os diversos públicos envolvidos. Ao focar na sensibilização sobre o trabalho dos intérpretes, a organização do evento deve garantir que as informações sejam apresentadas de forma clara e envolvente, ajudando a construir um entendimento mais profundo e apreciativo do papel desses profissionais. Portanto, Matias (2003) ressalta a necessidade de uma abordagem estratégica e bem planejada para alcançar os resultados desejados, destacando o papel essencial da organização na promoção da conscientização e valorização dos intérpretes de Libras.

O intérprete é o profissional que passa mais tempo com o aluno surdo durante o período escolar. Por isso, seria extremamente benéfico que, no início do ano letivo, a escola promovesse momentos de diálogo para que o intérprete, junto com outros profissionais que trabalham diretamente com alunos surdos, pudesse ter autonomia para falar sobre suas funções no processo de ensino. Esses encontros também seriam fundamentais para esclarecer questões linguísticas relacionadas à língua de sinais, contribuindo para uma melhor compreensão do papel do intérprete e promovendo um ambiente mais inclusivo e colaborativo dentro da escola. Quando falamos em "autonomia", estamos nos referindo à capacidade desses profissionais de participarem ativamente nas decisões pedagógicas e administrativas relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos, além de terem a liberdade de aplicar suas competências específicas de forma plena.

Essa oportunidade permitiria que o intérprete pudesse explicar melhor não apenas o seu papel de mediador linguístico, mas também as especificidades da língua de sinais, destacando a importância de reconhecer Libras como uma língua com sua própria estrutura e gramática.

Essa autonomia implica também na capacidade do intérprete de colaborar diretamente com os professores e outros membros da equipe pedagógica, ajudando a desenvolver estratégias que considerem as necessidades dos alunos surdos. Por exemplo, o intérprete poderia sugerir ajustes no planejamento de atividades e aulas que favoreçam uma melhor interação entre o aluno surdo, seus colegas e o professor, respeitando sempre as peculiaridades linguísticas do aluno.

Além disso, a autonomia permite que o intérprete participe das discussões sobre a melhor forma de garantir a acessibilidade nas atividades escolares, envolvendo-se não apenas como um tradutor, mas como um agente ativo no processo de ensino-aprendizagem. Isso valoriza a *expertise* desses profissionais, tornando-os parte integrante da equipe pedagógica e não apenas como "acessórios" da sala de aula. Ao conceder essa autonomia, a escola fortalece um processo educativo mais colaborativo e sensível às necessidades dos alunos surdos, o que certamente contribui para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e equitativo. A escola não deve solicitar ou convocar o intérprete para atender demandas externas, cabendo ao profissional, com base em sua postura ética, decidir se deseja participar de tais situações. Em casos como esses, é recomendável a contratação de outro profissional para realizar o serviço. Quando se trata de atividades externas que coincidem com o horário de trabalho na escola, o intérprete tem tanto o direito quanto o dever de recusar, uma vez que sua contratação não abrange esse tipo de atividade.

Um dos grandes desafios do trabalho como intérprete é manter a ética profissional, especialmente considerando que a relação com o aluno surdo é contínua e, muitas vezes, o que é discutido entre o intérprete e o surdo permanece confidencial. Muitas pessoas tentam descobrir o que foi conversado, já que Libras é uma língua silenciosa e a maioria das pessoas ao redor não a compreende. Nesses casos, é o aluno surdo quem deve autorizar a revelação do conteúdo, garantindo assim o respeito à sua privacidade e autonomia.

Não é função do intérprete cuidar e ensinar o aluno surdo, e algumas posturas adotadas por intérpretes ao longo do tempo precisam ser gradualmente modificadas. Devido a experiência pode-se falar que muitas vezes, a escola e os professores acabam transferindo responsabilidades que são suas para o intérprete, como aconteceu de cuidar do caderno do aluno, verificar se ele completou as atividades, responder às perguntas que o aluno faz sem repassá-las ao professor, ou controlar a saída do aluno para o banheiro, ficar com ele na hora do intervalo, e até mesmo limpar o aluno se ele ainda faz as necessidades fisiológicas na fralda. Essas são atitudes simples, mas muitos intérpretes ainda as realizam, seja por falta de conhecimento sobre o seu papel, seja por falta de competência na interpretação. É necessário que a função do intérprete seja claramente entendida, para evitar a sobrecarga de tarefas que fogem à sua atuação e garantir que o aluno surdo tenha a mediação adequada tanto do intérprete quanto do professor.

O objetivo principal do intérprete não é apenas traduzir, mas buscar, juntamente com o professor meios diferenciados de ensino para que o aluno surdo possa ser favorecido por uma aprendizagem especificamente elaborativa e pensada, e consequentemente eficiente em saber que o aluno não é do intérprete e sim, da escola. (Lacerda, 2002, p.14).

O desconhecimento quanto a sua função deixa o intérprete vulnerável a receber imposições por parte da escola, que muitas vezes desconhece o verdadeiro papel desse profissional. Sem uma compreensão clara de suas atribuições, o intérprete pode ser sobrecarregado com funções que não fazem parte de sua responsabilidade, o que compromete

não apenas a qualidade de seu trabalho, mas também o processo educacional do aluno surdo, nas instituições e eventos, seja escolar ou não. É plausível demonstrar desde o início do trabalho como profissional, repassar as características, a função, suas limitações durante o trabalho para não deixar a lacuna e ao não saber, demonstrar que o profissional não está trabalhando com competência.

O intérprete não deve ser o responsável por cobrar os exercícios, deveres ou atividades do aluno surdo. Essa responsabilidade cabe exclusivamente ao professor regente, tanto para alunos surdos quanto ouvintes. A função do intérprete é transmitir a informação exigida pelo professor ao aluno surdo, garantindo que ele apenas desempenhe seu papel de mediação linguística, enquanto também reforça seu papel profissional nos diferentes contextos em que atua (Silva, 2016).

Além disso, o intérprete não é responsável por ensinar a língua de sinais ao aluno surdo. No entanto, em situações onde o aluno utiliza apenas sinais caseiros — sinais criados em casa com familiares — o intérprete pode, gradualmente, inserir os sinais da Libras durante a interpretação. Isso deve ser feito sem transformar o momento em uma aula de Libras, mantendo o foco na interpretação do conteúdo do professor regente. A introdução de sinais formais pode ocorrer quando o intérprete conhece os sinais caseiros do aluno ou quando há recursos visuais que permitam apontar e demonstrar o sinal correto em Libras.

A seguir, apresentaremos a metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na metodologia de relato de experiência que se baseia em narrar, de forma organizada e reflexiva, as vivências pessoais ou profissionais em um determinado contexto, conforme preconizado por Minayo (2015). Segundo Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa é um processo que envolve a coleta e a análise de dados de forma a revelar significados, padrões e contextos que muitas vezes não são evidentes em pesquisas quantitativas.

Esta abordagem é particularmente adequada ao contexto da pesquisa, uma vez que permite a exploração profunda da vivência da intérprete de Língua Brasileira de Sinais na Escola Municipal Professor Alexandre Linhares, situada em Mossoró-RN. A referida escola foi escolhida por ter uma experiência de trabalho nessa instituição e ser um espaço de atuação que promove a inclusão de um aluno surdo no ambiente escolar regular, propiciando, assim, um cenário propício para a análise da dinâmica educacional mediada pela atuação do tradutor/intérprete de Libras.

A coleta de dados foi realizada por meio de um relato de experiência da intérprete, que foi orientado por questões abertas, buscando aprofundar a compreensão das experiências vivenciadas no cotidiano escolar. Este relato inclui a descrição das interações com os alunos, professores e a própria escola, além dos desafios e das práticas que têm sido implementadas para garantir a inclusão do aluno surdo.

Ademais, a pesquisa incorpora técnica de observação, acompanhando as atividades do aluno surdo e da intérprete. Este método permite uma compreensão mais rica e contextualizada das dinâmicas que permeiam a educação inclusiva e o papel da interpretação de Libras no processo de ensino e aprendizagem. A observação participante, como enfatizado por Roulston (2010), é essencial para captar nuances das interações sociais e do ambiente educacional, possibilitando uma análise mais crítica e reflexiva.

O relato da experiência da intérprete foi analisado sob a ótica dos conceitos de inclusão e acessibilidade, conforme discutido por Goffman (1991), que argumenta que a inclusão social se manifesta na forma como as instituições reconhecem e acomodam a diversidade. Além disso,

a pesquisa se fundamenta em referenciais teóricos que sustentam a importância da formação continuada e do desenvolvimento profissional dos intérpretes de Libras, visando à melhoria da qualidade da educação para alunos surdos (Santos, 2020).

Ao final, espera-se que a pesquisa contribua não apenas para uma melhor compreensão do papel do tradutor/intérprete de Libras, mas também ofereça subsídios práticos para a formulação e o aprimoramento de políticas educacionais inclusivas. Acredita-se que a análise do relato da experiência possa influenciar as diretrizes educativas e sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância da inclusão, promovendo uma educação mais equitativa e uma sociedade mais justa e consciente das necessidades dos alunos surdos.

A seção seguinte é responsável por apresentar as análises e discussões daquilo que foi exposto até aqui.

4 ANÁLISES E DISCUSSÕES

Neste momento irei apresentar a minha⁴ atuação como intérprete de Libras. Me chamo Icara Tayane Freitas de Lima, na sala de aula do Ensino Fundamental em Mossoró/RN, revelou tanto contribuições positivas quanto desafios que precisaram ser superados. Atuei no ano de 2023⁵ durante 6 meses na instituição escolar pesquisada. Tenho formação em cursos de intérprete, incluindo a certificação de proficiência, além de estar finalizando a graduação em Letras Libras e cursando uma especialização de Libras. Pode-se acompanhar o desenvolvimento de um aluno surdo de 6 anos de idade, que estudava no 1º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na Escola Municipal Professor Alexandre Linhares, em Mossoró-RN e estava no seu processo inicial de aquisição linguística da Libras.

Inicialmente, minha chegada à escola representou uma novidade significativa para toda a comunidade escolar, incluindo a equipe gestora e o corpo docente, uma vez que a instituição nunca havia contado com a presença de um intérprete de Libras. Com minha inserção na instituição, iniciei uma reflexão mais aprofundada acerca do meu entendimento sobre o papel e as atribuições de um intérprete de Libras. Esse processo de introspecção me levou a reavaliar concepções prévias sobre a função e a responsabilidade que esse profissional assume no contexto educacional. E refletir que para mim, intérpretes de Libras são profissionais que ajudam na comunicação entre pessoas surdas e ouvintes, traduzindo a Língua Brasileira de Sinais (Libras) para o português e vice-versa. Eles garantem que a comunicação seja entendida por todos, tanto em Libras quanto em português, em diferentes situações. No ambiente escolar, por exemplo, o intérprete de Libras faz a ponte entre o aluno surdo, os professores e os outros alunos, ajudando na comunicação.

Na minha atuação como intérprete de Libras, realizei a mediação entre o aluno surdo e os demais alunos ouvintes, interpretando fielmente as sinalizações do aluno e promovendo um ambiente de colaboração e interação. Durante esse processo, os alunos ouvintes, por sua vez, questionam e interagem a respeito das mensagens que estou sinalizando em diálogo com o aluno surdo, o que facilita sua participação ativa por meio da Libras e fomenta um espaço inclusivo. Dessa forma, entendo que minha atuação contribuiu significativamente para a comunicação efetiva e para a interação social e acadêmica do aluno surdo no contexto educacional, fortalecendo o processo de inclusão e integração na comunidade escolar. A imagem abaixo ilustra minha atuação como intérprete, evidenciando o papel que exerci na construção desse espaço inclusivo.

⁴ Justifico que como a pesquisa trata do meu relato de experiência como intérprete, usarei nesse tópico os verbos na primeira pessoa.

⁵ É importante mencionar que a discente já não atua mais como intérprete nessa instituição pesquisada.

Imagem 1 - Atuação do Intérprete na sala de aula



Fonte: Imagem própria da autora

Nesse contexto, além de ser uma profissional que busca desenvolver e aprimorar continuamente meu repertório vocabular junto ao aluno surdo no ambiente escolar, eu, como intérprete, também aprendo com o aluno e contribuo com novos conhecimentos, sempre que possível, desde que tal intervenção ocorra de maneira natural e alinhada ao processo de ensino. Esse cuidado implica respeitar o conteúdo verbal e não verbal estabelecido pelo professor, assegurando, assim, uma comunicação que seja fluida, autêntica e espontânea. Ademais, como intérprete, atuo conforme um rigoroso código de ética profissional, o qual exige fidelidade absoluta ao que é expressado, de modo a preservar a exatidão e a integridade da comunicação e do conteúdo transmitido por um interlocutor ouvinte.

Minhas atribuições e ações na escola, como intérprete consistiu, primordialmente, em traduzir, garantindo que o aluno surdo tenha pleno acesso ao conteúdo transmitido. Minhas responsabilidades na instituição incluíam, portanto, a interpretação das aulas para esse aluno. Contudo, devido à sua limitada fluência em Libras e às dificuldades que apresentava na escrita, precisei expandir minhas funções além da interpretação. Assim, frequentemente me sentava ao seu lado para auxiliá-lo nas atividades de escrita, orientando seus movimentos e, em algumas ocasiões, guiando sua mão, uma vez que ainda não dominava a escrita corretamente. Adicionalmente, com os recursos didáticos disponíveis, desenvolvi jogos educativos para facilitar e tornar mais acessível o processo de aprendizagem. Essas intervenções foram essenciais para apoiar o desenvolvimento cognitivo e linguístico do aluno, respeitando seu ritmo e promovendo uma aprendizagem inclusiva.

No entanto, diversas dificuldades foram identificadas, comprometendo a eficácia do meu trabalho como intérprete de Libras no contexto escolar. Um dos principais desafios enfrentados diz respeito à escassez de materiais didáticos que sejam adaptados às necessidades específicas do aluno surdo. Essa limitação é especialmente preocupante, pois a falta de recursos apropriados pode dificultar a assimilação de conteúdos e impactar negativamente o aprendizado do aluno. Diante desse cenário desafiador, assumi a responsabilidade de planejar e produzir materiais didáticos que pudessem auxiliar no processo de aprendizagem do aluno. Por exemplo, desenvolvi jogos de memória em Libras e atividades que abordavam conceitos numéricos, com o intuito de facilitar a compreensão da Matemática, uma área em que o aluno apresentava dificuldades significativas. Ao criar esses recursos, busquei não apenas tornar o conteúdo mais acessível, mas também promover uma abordagem mais lúdica e envolvente, estimulando o interesse e a participação do aluno.

Entretanto, essa sobrecarga de funções não apenas compromete a qualidade dos materiais produzidos, mas também limita minha capacidade de desempenhar plenamente o papel de intérprete de Libras. Isso ocorre porque preciso dividir meu tempo entre a elaboração desses recursos didáticos e a interpretação durante as aulas, o que gera um estresse adicional e dificulta a manutenção de um ambiente de aprendizado fluido e eficaz. Essa situação evidencia a necessidade urgente de uma maior disponibilização de materiais adaptados, bem como de um suporte institucional que permita a realização efetiva das atividades de interpretação.

Além disso, é crucial que a escola reconheça a importância da colaboração entre educadores, intérpretes e especialistas em educação especial para criar um ambiente verdadeiramente inclusivo. A falta de uma estrutura de apoio adequada pode resultar em um sistema educacional que não atende às necessidades dos alunos surdos, limitando suas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento. Portanto, é fundamental que haja uma reflexão profunda sobre as práticas pedagógicas e a adequação dos recursos disponíveis, a fim de garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades linguísticas ou auditivas, tenham acesso a uma educação de qualidade.

Um momento marcante de minha atuação como intérprete de Libras na escola, especificamente no que diz respeito ao trabalho com o aluno surdo. Compartilhei que, no início de minha jornada com esse aluno, ele não conseguia escrever seu nome em português nem realizar a datilografia. Contudo, ao longo do tempo, observei um progresso significativo: ele conseguiu aprender a escrever seu nome corretamente e a usar a datilografia de maneira eficaz. Essa evolução não se limitou apenas à escrita; a interação do aluno com seus colegas de sala também se tornou um aspecto notável de seu desenvolvimento. A cada novo sinal que ele aprendia, era evidente seu entusiasmo e desejo de compartilhar essas novas aquisições com seus amigos, o que refletiu uma transformação significativa em sua autoestima e habilidades sociais.

Essa experiência foi, sem dúvida, uma das mais gratificantes da minha trajetória como intérprete de Libras, revelando de maneira contundente o impacto positivo que a comunicação, mediada por essa língua, pode ter na vida do aluno surdo. Ao longo do tempo, pude observar transformações profundas e significativas na maneira como o aluno se relacionava com o ambiente escolar e com seus colegas. A interação que antes era limitada começou a se expandir à medida que a comunicação se tornava mais fluida e acessível.

Durante o meu momento de atuação percebi que minha presença como intérprete de Libras contribuiu de forma substancial para a inclusão desse aluno, não apenas facilitando a comunicação, mas também promovendo sua participação ativa nas diversas atividades escolares. No decorrer desse período, eu observei um avanço notável em seu desempenho escolar, refletindo-se em uma participação muito mais engajada nas aulas e em outras atividades extracurriculares. Era emocionante testemunhar a evolução dele em sala de aula, onde, dia após dia, ele se tornava mais confiante e proativo, compartilhando suas ideias e questionamentos com seus colegas.

A melhora significativa em sua interação durante as aulas e em atividades de grupo foi uma evidência palpável de que a comunicação eficaz não é apenas uma habilidade acadêmica, mas uma ferramenta essencial para o desenvolvimento social e emocional do aluno. Essa transformação não foi apenas uma vitória acadêmica; foi um marco emocional, tanto para ele quanto para mim, pois evidenciou o poder da linguagem em conectar pessoas, construir amizades e criar um ambiente de aprendizado verdadeiramente inclusivo.

Esse impacto positivo que experimentei em meu trabalho está em perfeita consonância com a literatura existente, que ressalta a importância do suporte especializado para a inclusão educacional de alunos surdos. As pesquisas e estudos sobre inclusão destacam que o suporte adequado não só melhora as habilidades acadêmicas, mas também nutre a autoestima e o senso de pertencimento dos alunos surdos em ambientes educacionais.

Ver essa realidade se concretizando foi uma experiência transformadora, que reforçou meu compromisso com a educação inclusiva e o empoderamento do aluno surdo. Cada conquista, por menor que fosse, tornava-se um testemunho da importância do nosso trabalho conjunto e da luta pela inclusão e valorização da diversidade na educação. Em relação como ocorre meu trabalho em colaboração com os professores, o aluno surdo, a gestão escolar e a família, digo que na minha experiência a gestão escolar muitas vezes demonstrou uma compreensão inadequada do papel dos intérpretes, tratando-me como auxiliares de sala ou estagiários.

Essa percepção errônea contribui para a desvalorização de uma função essencial e profissional, que é a minha. Essa falta de suporte institucional limita substancialmente o impacto positivo que o intérprete de Libras pode ter na educação de alunos surdos, ressaltando a urgência de promover uma maior integração entre os intérpretes e os demais profissionais da educação. Essa integração deve incluir a sensibilização da equipe pedagógica e da gestão escolar quanto à importância de fornecer os recursos e materiais necessários, além de respeitar o papel do intérprete como mediador linguístico, que deve ser reconhecido e valorizado. Essa mudança de perspectiva é crucial para garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos.

Segundo Ronice Quadros (2004), a falta de reconhecimento adequado do trabalho dos intérpretes de Libras dentro das instituições educacionais evidencia a necessidade urgente de esclarecimento e capacitação por parte da equipe gestora. Esse cenário reflete uma carência de suporte institucional, o que sugere a importância de ações voltadas para a conscientização sobre o papel dos intérpretes no ambiente escolar e para a promoção de uma prática educativa mais inclusiva e respeitosa.

Essas questões ressaltam a necessidade de uma integração mais efetiva entre os intérpretes e os demais profissionais da educação. Para melhorar a situação, é essencial que a gestão escolar promova uma maior conscientização sobre a função dos intérpretes e busque fornecer os recursos e materiais necessários para um suporte educacional de qualidade.

Essa experiência me proporcionou um aprendizado valioso sobre as necessidades específicas dos alunos surdos e sobre como a atuação pode impactar diretamente o sucesso educacional desse estudante. Esta experiência me possibilitou a aprender, adquirir conhecimento e aperfeiçoar minha prática. Em síntese, embora a atuação dos intérpretes de Libras tenha demonstrado avanços significativos na inclusão de alunos surdos, é imprescindível abordar as dificuldades identificadas para otimizar essa prática e assegurar que todos os estudantes recebam o suporte necessário. A promoção de uma integração mais eficaz entre os intérpretes e a equipe pedagógica, assim como a disponibilização de materiais didáticos adaptados, são medidas fundamentais para elevar a qualidade da educação inclusiva.

Essas ações não apenas promovem a criação de um ambiente escolar mais equitativo e inclusivo, mas também garantem que as necessidades específicas dos alunos surdos sejam atendidas de maneira adequada e respeitosa. A inclusão de alunos surdos no contexto escolar é uma questão que transcende a simples presença física nas salas de aula; ela abrange a criação de condições favoráveis para que esses alunos possam se desenvolver plenamente em suas dimensões acadêmica, social e emocional.

Para que isso ocorra de forma eficaz, é imprescindível que as instituições de ensino reconheçam e valorizem o papel fundamental do intérprete de Libras. O intérprete não atua apenas como um mediador linguístico, mas como um facilitador da comunicação e do aprendizado, promovendo a interação significativa entre alunos surdos e seus colegas ouvintes, bem como entre estes e os educadores. O reconhecimento desse papel é um passo crucial para garantir que os alunos surdos se sintam parte integrante da comunidade escolar. Além disso, é essencial que haja um investimento substancial na formação contínua desses profissionais. Ademais, a conscientização da comunidade escolar acerca da importância da inclusão e da

diversidade é igualmente fundamental. Promover treinamentos e palestras para professores, funcionários e alunos sobre as especificidades da surdez e a importância da Libras pode contribuir para um ambiente mais acolhedor e compreensivo.

Essa conscientização ajudará a desmistificar preconceitos e a fomentar uma cultura de respeito e valorização das diferenças, o que, por sua vez, beneficia não apenas os alunos surdos, mas toda a comunidade escolar, criando um espaço onde todos possam aprender e crescer juntos. Portanto, ao implementar essas estratégias e reconhecer a relevância do trabalho dos intérpretes de Libras, as instituições de ensino estarão não apenas cumprindo um dever legal, mas também contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde cada indivíduo, tenha a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar a atuação do intérprete de Libras na sala de aula do Ensino Fundamental em Mossoró/RN, com um enfoque especial na contribuição desse profissional para a inclusão dos alunos surdos e nos desafios que enfrentam em seu trabalho diário. A pesquisa revelou que, embora o papel dos intérpretes seja relevante para facilitar a comunicação e promover a participação dos alunos nas atividades escolares, diversos desafios afetam a eficácia dessa função.

Os resultados demonstraram que a presença dos intérpretes de Libras exerce um impacto positivo significativo na inclusão dos alunos surdos. Observou-se um avanço notável na participação do aluno e na melhoria do desempenho acadêmico após a integração desse profissional. O aluno começou a participar mais ativamente das aulas e interagir mais efetivamente com seus colegas e professores, o que destaca a importância do suporte especializado proporcionado pelos intérpretes. No entanto, a pesquisa também revelou desafios consideráveis. Entre as principais dificuldades estão a falta de materiais adaptados adequados e a compreensão inadequada do papel dos intérpretes por parte da gestão escolar. Em muitos casos, os intérpretes são confundidos com auxiliares de sala ou estagiários, o que demonstra uma falta de reconhecimento e valorização apropriada de suas funções. Essa falta de compreensão e a insuficiência de recursos refletem uma integração deficiente com a equipe educacional, prejudicando o suporte oferecido aos alunos. Essas constatações estão alinhadas com o que Ronice Quadros (2008) discute sobre a necessidade de formação contínua e conscientização acerca do papel dos intérpretes.

Quadros (2004) salienta que para garantir a qualidade do suporte educacional e uma inclusão efetiva, é fundamental reconhecer adequadamente os profissionais e alinhar as práticas de ensino com as diretrizes teóricas. Esse alinhamento é crucial para que os intérpretes desempenhem suas funções com eficácia e proporcionem um ambiente educativo mais inclusivo. Além das contribuições acadêmicas, que oferecem uma análise detalhada importantes sobre a atuação dos intérpretes em um contexto específico, o estudo também possui um impacto social significativo. Ele destaca a necessidade urgente de melhorar as condições de trabalho dos intérpretes e de promover uma melhor compreensão de seu papel nas escolas.

A inclusão dos alunos surdos é uma questão de justiça social, e assegurar que os profissionais que facilitam essa inclusão sejam devidamente valorizados é essencial para criar um ambiente educacional mais justo e inclusivo. Para avançar nessa linha de pesquisa, seria benéfico expandir o estudo para abranger uma amostra maior de escolas e regiões. Isso permitirá uma análise mais abrangente das práticas e desafios enfrentados pelos intérpretes em diferentes contextos. Futuras investigações poderiam também examinar o impacto de programas de formação e desenvolvimento profissional contínuo na eficácia dos intérpretes e explorar estratégias para melhorar a colaboração entre intérpretes, professores e gestores escolares. Esses esforços são cruciais para o desenvolvimento de políticas educacionais que

promovam uma compreensão e um suporte adequados para a função dos intérpretes, assegurando uma educação mais inclusiva e equitativa para todos os alunos.

Em suma, este artigo reafirma a importância essencial dos intérpretes de Libras na promoção da inclusão dos alunos surdos e aponta áreas críticas que necessitam de aprimoramento. A pesquisa oferece uma base sólida para futuras investigações e para a formulação de políticas voltadas à melhoria das condições de trabalho e da eficácia dos intérpretes, contribuindo para um sistema educacional mais inclusivo e justo.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Katia. **A Língua Brasileira de Sinais: História e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.
- BOGDAN, R. C., & BIKLEN, S. K. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Abordagem de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora PUC-RS.
- BRASIL. **LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.
- _____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 abr. 2002.
- _____. **LEI nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Seção 1, p. 1.
- _____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 28, 23 dez. 2005.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – PNAES**. Brasília, DF: MEC, 2004.
- _____. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinado em Nova York, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial da União* : seção 1, Brasília, DF , pág. 3, 26 atrás. 2009.
- DAMÁSIO, M. F. **Educação escolar de pessoas com surdez: uma proposta inclusiva**. Campinas: [s.n.], 2002. Tese de doutorado.
- FEBRAPILS- **Federação Brasileira das Associações de Profissionais Intérpretes de Língua de Sinais**. Disponível em: <https://febrapils.org.br/>. Acesso em: 06 set. 2024.
- FREITAS, Carlos de. **História da Educação de Surdos no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- GOFFMAN, E. (1991). **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC.
- GOLDFELD, M. **A criança surda**. São Paulo: Pexus, 1997.
- LACERDA, C. B. F. **O intérprete educacional da Língua de Sinais no ensino fundamental: refletindo sobre os limites e possibilidades**. In: LODI, ABC et al. Letramento e mídia. Porto Alegre: Mediação, 2002. p. 123-134.

MATIAS, Marlene. **Organização de eventos** – Procedimentos e técnicas. São Paulo: Manole, 2003.

MINAYO, M. C. de S. (2015). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. São Paulo: Editora Vozes.

QUADROS, Ronice Muller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, 2004. 94 p.

ROSA, A da S. **Entre a visibilidade da tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete**. Campinas, 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas.

ROULSTON, K. (2010). **Reflective Interviewing: A Guide to Theory and Practice**. London: SAGE Publications.

SÁ, Ana Luiza de. **Educação de Surdos: História e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

SÁ, Maria das Graças de. **A História do Instituto Nacional de Educação de Surdos**. Brasília: Editora Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2011.

SANTOS, B. de S. (2020). **A Educação Inclusiva e as Políticas Públicas: Um Desafio Necessário**. São Paulo: Cortez. 2020.

SILVA, R. de F. (2016). **Intérpretes de Língua de Sinais no Ensino: Contribuições e Limitações**. São Paulo: Editora Pontes. 2016.

STROBEL, Karin. **Linha do tempo das lutas surdas**. São Paulo: [s.n.], 2011.